

Dornelles com Larosière

por Paulo Soárez
de Washington

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, pedirá ao diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, que considere os dados da realidade econômica brasileira de hoje — e não os que serviram de base para a última carta de intenção negociada pela administração Figueiredo, no final do ano passado, prevendo uma inflação de 120% no final deste ano — como ponto de partida para o terceiro e último ano do programa de ajustamento econômico com o Fundo.

Dornelles, que, salvo imprevisto, chega a Washington nesta quinta-feira, procurará também convencer seus interlocutores sobre a necessidade de se estabelecerem metas trimestrais que sejam ao mesmo tempo mais concretas e flexíveis.

Vários obstáculos técni-

cos e políticos tornam incertas as chances de as reivindicações brasileiras virem a prevalecer. A favor da posição do Brasil existe, contudo, o interesse dos bancos credores de concluir o mais rápido possível a renegociação da dívida brasileira, que depende do acordo com o FMI.

Eles temem que, se demorar muito, o acordo possa tornar-se inviável na atmosfera política do Brasil pós-Tancredo. Isso, somado ao agravamento da crise financeira na Argentina e no Chile e à ascensão de um governo anti-FMI no Peru, pode provocar o descarrilamento político da questão da dívida, o que preocupa tanto a administração do FMI quanto os governos dos países industrializados.

Se tudo tivesse corrido normalmente entre o Brasil e o FMI, o programa econômico terminaria no dia 28 de fevereiro do ano que vem. Com a suspensão

oficial do programa, em fevereiro, as relações entre o Brasil e a instituição foram colocadas no limbo.

As negociações que começam nesta semana terminarão, na melhor das hipóteses, no final de maio. Haverá, portanto, um hiato de pelo menos cinco meses no programa — ou ainda maior, se se considerar que, efetivamente, o governo Figueiredo deixou, em novembro passado, de se preocupar com a implementação das metas previstas para o último trimestre de 1984.

O que fazer com esse hiato? Uma possível solução é simplesmente esquecê-lo e considerar o dia 1º de abril, ou 1º de junho, data inicial do último ano do programa. Neste caso, o Brasil pediria uma prorrogação do programa trienal por mais três ou seis meses. Há, porém, duas dificuldades com esta solução: uma para o Brasil e outra para o FMI.

Não há precedente, na história do Fundo, de prorrogação de um programa de três anos. Do lado brasileiro, o problema, conforme lembrou, sexta-feira, a este jornal uma alta fonte da área econômica, é que o governo está contando com o US\$ 1.132 bilhão de desembolsos do FMI, previsto no formato inicial do programa, para fechar as contas do balanço de pagamentos de 1985.

Uma saída intermediária possível, nessas circunstâncias, seria dar o programa atualmente suspenso por encerrado e negociar um "stand-by" de um ano

esta, contudo, pode não ser a melhor solução para o Brasil, pois, segundo as novas e mais restritas regras impostas para os empréstimos "stand-by", o País provavelmente receberia menos do que US\$ 1.132 bilhão.

No capítulo das condicionalidades, a negociação poderá ser ainda mais complicada. Se tem sido criticada por países devedores por exigir deles o cumprimento de metas econômicas irrealistas, a administração do FMI encontra-se sob a suspeita de ser excessivamente leniente na cobrança da implementação das metas acertadas por parte dos representantes dos países industrializados em sua diretria.

Com esses obstáculos em mente, o ministro Dornelles iniciará suas atividades em Washington visitando o secretário do Tesouro, James A. Baker III, e o presidente do Federal Reserve Board, Paul Volcker. O apoio de Washington à posição brasileira é essencial.

(Ver na página 17)